



Restrição a coligações avança no Senado

Proposta que proíbe associação de partidos nas eleições proporcionais foi aprovada em primeiro turno no Plenário e agora vai para turno suplementar. Texto faz parte da reforma eleitoral, que está entre as prioridades da Casa no ano

Foi aprovada ontem no Plenário do Senado a proposta que proíbe as coligações partidárias nas eleições para vereador, deputado estadual e deputado federal. Antes de ser remetida para a Câmara, precisa passar por mais uma votação no Plenário. O texto, que não afeta as eleições majoritárias (para prefeito, governador, presidente e senador), é

do ex-senador José Sarney e tem como objetivo evitar as coligações de conveniência, criadas apenas para aumentar o tempo dos partidos grandes na propaganda eleitoral no rádio e na TV. De acordo com o presidente do Senado, Renan Calheiros, a próxima proposta da reforma eleitoral a ser votada pela Casa, na semana que vem, é a que trata do financiamento das campanhas. **3**

Operadoras de celular poderão passar por auditoria do TCU **7**

Senadores vão ouvir ministros da Cultura, do Esporte e da Educação **7**



Jane de Araújo/Agência Senado

Renan (C) recebe Levy (2º à esq.) ao lado dos senadores Jucá (E) e Eunício e do ministro Braga (D): Parlamento fortalecido

Relator espera votar Orçamento em sessão do Congresso hoje **6**

Defensoras dos direitos da mulher recebem Prêmio Bertha Lutz **2**

Fechado acordo para reajuste da tabela do IR

O presidente do Senado, Renan Calheiros, e líderes partidários fecharam acordo com o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, para o reajuste da tabela do Imposto de Renda. A correção será escalonada em 5 faixas, variando de 6,5% para os salários mais baixos até 4,5% para os mais altos. **5**



Edilson Rodrigues/Agência Senado



Genaldino Magela/Agência Senado



Marcos Oliveira/Agência Senado

Aloysio vai priorizar relação Brasil-EUA, Delcídio quer debater crise econômica e Simone trabalhará em defesa da mulher

Três comissões são instaladas e elegem novos presidentes

Duas comissões do Senado e uma mista do Congresso passaram a funcionar ontem a partir da eleição dos respectivos presidentes. O senador Aloysio Nunes presidirá a de Rela-

ções Exteriores; o senador Delcídio do Amaral, a de Assuntos Econômicos; e a senadora Simone Tebet, a nova Comissão Mista Permanente de Combate à Violência contra a Mulher. **8**

Diploma Mulher-Cidadã
Bertha Lutz

14ª Premiação

2015

Bertha Lutz (1894–1976) foi uma das pioneiras do feminismo no Brasil e é conhecida como uma grande líder na luta pelo direito ao voto para as mulheres brasileiras.

O Diploma Bertha Lutz, criado em 2001 pelo Senado Federal, tem por objetivo homenagear as mulheres por meio do reconhecimento do protagonismo das premiadas na luta pela transformação social e igualdade de gênero.

A transformação social se faz com coragem e determinação



Sessão Solene do
Congresso Nacional
Dia Internacional da Mulher

Data: 11/03/2015
Hora: 14h
Local: Plenário do Senado Federal



A homenagem às agraciadas, que se destacaram por ações na defesa dos direitos femininos, será feita em sessão solene do Congresso. Entre elas, está ministra do Supremo

Senado entrega hoje Prêmio Mulher-Cidadã Bertha Lutz

HOJE O CONGRESSO Nacional realiza, às 14h, sessão solene para comemorar o Dia Internacional da Mulher e entregar o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz 2015, do Senado, para mulheres que tenham oferecido relevante contribuição na defesa dos direitos femininos no Brasil.

O Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz escolheu, de forma inédita, uma mulher a mais para ser agraciada com o prêmio neste ano. Diante do empate na votação para a escolha das homenageadas, o colegiado decidiu abrir uma exceção.

A comenda será entregue a Cármen Lúcia, Clara Araújo, Mary Garcia Castro, Ivanilda Pinheiro Salucci, Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha e Creuza Maria Oliveira. Há também uma homenageada in memoriam (*saiba quem elas são no quadro ao lado*).

Na quinta-feira, o Plenário do Senado aprovou a possibilidade de concessão do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz também a homens com atuação relevante em prol da causa feminina.

Um parecer favorável da Comissão de Constituição

e Justiça (CCJ), com cinco emendas já aprovadas pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), foi apresentado pela relatora, Marta Suplicy (PT-SP), pouco antes da votação.

De autoria de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), o projeto altera a Resolução 2/2001, permitindo a indicação de um homem entre as cinco pessoas agraciadas anualmente pela comenda.

Para Vanessa, é preciso reconhecer que as mulheres não estiveram sozinhas na jornada em favor da igualdade de gênero.

Quem são as homenageadas



Creuza Maria Oliveira, nascida na Bahia, é presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas. Começou a trabalhar aos 10 anos e somente aos 21 teve a carteira assinada, recebeu o primeiro salário e começou a ser alfabetizada.



Cármen Lúcia é ministra do Supremo Tribunal Federal (STF). Doutora em direito do Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), também foi procuradora de Minas Gerais e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).



Clara Araújo foi a primeira mulher a presidir a União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1982. É graduada em ciências sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e foi uma das fundadoras da União Brasileira de Mulheres (UBM).



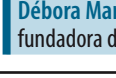
Mary Garcia Castro é pesquisadora sobre direitos humanos de mulheres e jovens na América Latina. Doutora em sociologia pela Universidade da Flórida (EUA), publicou vários livros relacionados a temas de gênero, movimentos sociais, identidades e cidadania.



Maria Elizabeth Teixeira é a primeira ministra empossada presidente do Superior Tribunal Militar (STM). Bacharel em direito pela PUC-Minas, foi procuradora federal na Advocacia-Geral da União (AGU).



Ivanilda Pinheiro Salucci é educadora social. Fundou o Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente de Roraima. É membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual.



Débora Martins Bonafé dos Santos (in memoriam) Psicóloga e fundadora da Associação SOS Mulher Família de Taubaté.

Fotos: Nelson Jr./SCO/STF, Marcos Oliveira/Agência Senado, Aline Domelon e Divulgação

Para Vanessa, Lei do Feminicídio faz país dar "grande passo civilizatório"

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) comemorou a sanção presidencial da lei que inclui o feminicídio (assassinato de mulheres por razões de gênero) entre os tipos de homicídio qualificado. A nova lei foi publicada ontem no *Diário Oficial da União*.



feito pela comissão parlamentar de inquérito (CPI) mista que investigou a violência contra as mulheres.

— Nós, o Congresso Nacional, com a mobilização das mulheres no Brasil inteiro, construímos a Lei Maria da Penha com o objetivo de retirar a violência contra a mulher das sombras e da leniência social amalgamada pela frase "em briga de marido e mulher não se mete a colher". Mete, sim. Não só mete a colher, como também a faca e o garfo a fim de defender a vida.

De acordo com a nova lei, a pena por feminicídio vai de 12 a 30 anos de reclusão.

Para ela, considerar assassinato de mulheres como crime hediondo é um grande passo civilizatório, na medida em que estabelece razões de gênero quando o crime envolve violência doméstica e familiar ou menosprezo e discriminação contra a condição de mulher.

A senadora lembrou que a lei é resultado de um trabalho

Servidoras levam sugestões à Diretoria-Geral

Um grupo de servidoras do Senado entregou na sexta-feira um documento à diretora-geral da Casa, Ilana Trombka, com propostas para a promoção da equidade de gênero.

— Esse foi um momento fundamental para uma aproximação da Diretoria-Geral com a realidade das servidoras do Senado. Foi um grande encontro, que vai motivar muitas outras ações — garantiu Ilana.

A reunião já teve resultados práticos, como o agendamento de uma oficina comemorativa do Mês da Mulher para a próxima sexta-feira, sobre assédio moral, e o lançamento de um comitê permanente para discutir e construir um calendário de ações para o resto do ano.

O encontro da sexta contou com a presença da coordenadora da Procuradoria Especial da Mulher, Milena Flores, e da coordenadora do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, Maria Terezinha Nunes.

— A atitude da reunião é fantástica. É a Casa sacudindo essa questão e buscando a

equidade de gênero — disse Maria Terezinha.

Uma das representantes das servidoras, Rose Gomes, assessora da liderança do PT, falou sobre a importância do Dia da Mulher, 8 de março. Para ela, não é um dia para se receberem flores, e sim um dia de protestar.



A diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, reúne-se com servidoras da Casa

Marcos Oliveira/Agência Senado

Educafro quer indicação de negro para o STF

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem representantes do Educafro, que reúne voluntários que lutam pela inclusão dos negros nas universidades públicas ou em faculdades particulares com bolsa de estudos.

Acompanhados de Paulo Paim (PT-RS), o Educafro apresentou três pautas, entre elas a indicação de um minis-

tro negro pela presidente da República, Dilma Rousseff, para o Supremo.

Também foi reivindicada a imediata instalação de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar as mortes violentas entre jovens negros. Renan disse que vai determinar a instalação da CPI o mais rapidamente possível.

O Educafro vai entrar com

ação no STF questionando a constitucionalidade do auto de resistência. O ato disciplina o uso da força policial quando há resistência à captura em flagrante ou ao cumprimento de ordem judicial. A avaliação é de que estaria havendo abuso das forças policiais no uso desse instrumento.

(Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado)



Renan (C), acompanhado de Paim (8º à dir.), garantiu a instalação da CPI sobre assassinatos de jovens negros no país

João de Araújo/Agência Senado

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores feitos no Plenário após a ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Aliquota de ICMS

16h Sessão extraordinária para analisar o Projeto de Lei do Senado 201/2013, sobre ICMS para micros e pequenas empresas.

PRESIDÊNCIA Prêmio Bertha Lutz

11h Sessão do Congresso para apreciar vetos e o Orçamento 2015. Às 14h, entrega do 14º Prêmio Bertha Lutz. Às 16h, ordem do dia.

CDR Requerimentos

9h A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) se reúne para apreciar seis requerimentos.

CONGRESSO Vetos e Orçamento

11h Sessão do Congresso para apreciar vetos presidenciais e o Orçamento 2015. Às 14h, sessão solene para entrega do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Avança fim de coligação em eleição para deputado

Proposta, que vale também para escolha de vereador, foi aprovada em primeiro turno e precisa passar de novo pelo Plenário. Objetivo é evitar coligações de conveniência

O PLENÁRIO APROVOU ontem, em primeiro turno, o fim das coligações partidárias nas eleições proporcionais. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 40/2011, do ex-senador José Sarney, faz parte de um grupo de matérias da reforma política selecionadas pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, e por líderes partidários.

Foram 61 votos a favor e apenas 7 contrários, além de 2 abstenções. A proposta agora precisa ser aprovada em segundo turno antes de ir para a Câmara dos Deputados.

Pelo projeto, somente serão admitidas coligações nas eleições majoritárias (para senador, prefeito, governador e presidente). Fica proibida a coligação nas eleições proporcionais (para vereador e deputado estadual e federal).

A PEC causou debate entre os senadores, principalmente entre aqueles de partidos me-

nores. Telmário Mota (PDT-RR) afirmou que a alteração pode trazer dificuldades para os partidos em pequenas cidades. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que a medida pode ser questionada no Supremo Tribunal Federal (STF), por limitar a “liberdade de organização partidária”.

— O fim das coligações serve apenas a uma coisa: deixar os partidos menores. Os partidos pequenos têm menos tempo de TV, menos recursos do Fundo Partidário e ainda serão impedidos de buscar coligações — afirmou a senadora.

Propaganda eleitoral

Marcelo Crivella (PRB-RJ) disse que a proposta fere a Constituição, que garante a livre associação das legendas:

— Certamente não passará na Câmara. Se passar, o Supremo Tribunal Federal a derrubará.

José Agripino (DEM-RN),



Senadores durante sessão em que aprovaram, em primeiro turno, o fim das coligações de partidos nas eleições majoritárias

na mesma linha, disse ter a impressão que a medida “não vai ter êxito” na Câmara.

Cristovam Buarque (PDT-DF) apoiou a PEC, mas disse que o ideal seria o fim de coligação para todos os cargos no primeiro turno, permitindo a coligação apenas no segundo turno e para cargos majori-

tários. Omar Aziz (PSD-AM) também declarou apoio, mas disse que o ideal seria o fim do voto na legenda.

Para Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), a proposta é positiva. Ele defendeu, porém, a possibilidade da construção de federações de partidos. A emenda que previa a possibilidade de federações foi destacada e votada de forma separada. Conseguiu apenas 35 votos favoráveis, quando o necessário eram pelo menos 49.

Na justificativa da PEC, Sarney argumenta que as coligações nas eleições proporcionais costumam ser passageiras, sem identificação ideológica, visando apenas aumentar o tempo dos partidos maiores nas propagandas eleitorais de

rádio e TV. Sarney destaca que a medida pode fortalecer os partidos e a transparência na representação política, já que o voto dado a um candidato não poderá eleger outro de uma legenda distinta.

Humberto Costa (PT-PE) classificou a proposta como avanço, já que a experiência atual “vai contra o fortalecimento ideológico”. Romero Jucá (PMDB-RR) manifestou apoio à matéria, que, em sua opinião, é uma forma de consolidar os partidos.

O relator do texto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Valdir Raupp (PMDB-RO), escreveu em seu relatório que a proposta colabora com o “aperfeiçoamento da democracia representativa”.

Financiamento de campanha é próximo tema da reforma política

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que os projetos da reforma política serão votados por tema. Ele disse que vai buscar um entendimento com as lideranças para que os projetos que tratam do financiamento de campanha sejam votados na terça-feira. Renan acres-

centou que tem buscado uma “agenda expressa” comum com a Câmara, para que os projetos da reforma política sejam aprovados em ambas as Casas.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Walter Pinheiro (PT-BA) e Lasier Martins (PDT-RS) disseram que a definição so-

bre o financiamento das campanhas eleitorais é urgente.

Reguffe (PDT-DF) afirmou apoiar a proposta aprovada ontem no Plenário, que trata das coligações, mas disse que ela não é suficiente para transformar a política brasileira. Ele defendeu o voto distrital.

Senado aprova indicações de quatro embaixadores

O Senado aprovou ontem quatro indicações da presidente da República, Dilma Rousseff, para o cargo de embaixador. Os diplomatas vão chefiar embaixadas na Finlândia, Namíbia, Sudão do Sul e Jamaica.

Indicado para a Finlândia, Antônio Francisco da Costa e Silva Neto foi sabatinado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) em 20 de novembro.

Ele destacou as vantagens de o Brasil ter acordos bilaterais em transferência de tecnologia e em cooperação, nas áreas de pesquisa e inovação e educação.

O diplomata Eduardo Carvalho, indicado para a Namíbia, foi sabatinado pela CRE no mesmo dia. Ele enfatizou aspectos da relação bilateral, como a cooperação militar. O Brasil forma 80% dos oficiais da Marinha do país africano.

— Nós temos, portanto, uma força militar amiga e que fala português, coisa rara em qualquer país — disse.

A atual embaixadora do Brasil na Etiópia, Isabel Cristina de Azevedo Heyvaert, exercerá, cumulativamente, o mesmo cargo no Sudão do Sul.

O diplomata Carlos Alberto Michaelsen Den Hartog vai representar o Brasil na Jamaica. Segundo exposição de Hartog quando ouvido na

CRE, o governo da Jamaica tem intenção de atrair empresas brasileiras para a construção, no país, de um grande “hub logístico” — centro de operações para concentrar e redistribuir cargas, atividades ou pessoas.

A ideia do projeto, explicou o diplomata, é aproveitar a vantagem geográfica jamaicana para o transporte de cargas em toda a região do Caribe e sul dos Estados Unidos.

Anulada resolução do Contran que exigia emplacamento de tratores

O Plenário anulou ontem a Resolução 429/2012 do Conselho Nacional de Trânsito (Contran). A norma fixa critérios para o registro de tratores destinados a puxar ou arrastar maquinaria ou a executar trabalhos agrícolas e de construção ou pavimentação.

A sustação é consequência da aprovação ontem do Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 124/2013, de Blairo Maggi (PR-MT).

Blairo lembrou que o Código de Trânsito Brasileiro

(Lei 9.503/1997) deixa claro que a legislação é aplicada ao trânsito das vias terrestres abertas à circulação. Assim, disse, o interior de fazendas e áreas privadas destinadas à agropecuária não estão abrangidos no conceito e, logo, não são regidos pelo Código de Trânsito.

Para Blairo, o Contran não pode regulamentar a circulação de máquinas agrícolas fora das vias públicas, como propunha a resolução. O projeto seguiu para a Câmara.

Proposta que garante ao TST mesma condição do STJ passa em 1º turno

O Senado aprovou em primeiro turno ontem proposta de emenda à Constituição (PEC) que garante ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) o mesmo tratamento dado pela Constituição ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Ao apresentar a proposta, em 2010, o então senador Valter Pereira argumentou que, à semelhança do STJ, o TST desempenha papel de uniformizador e último intérprete da legislação infraconstitucional em sua área de atuação.

A proposta (PEC 32/2010) deixa expressa na Constituição a competência do TST para impor aos órgãos judiciários a ele subordinados a autoridade de suas decisões.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Waldemir Moka (PMDB-MS) destacaram a importância do TST como “uma conquista histórica dos trabalhadores”. Para Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e José Agripino (DEM-RN), trata-se também de fazer justiça ao incluir o TST no texto da Constituição.

Ana Amélia critica convocação para defender governo

Contrária, neste momento, à abertura de processo de impeachment de Dilma Rousseff, Ana Amélia (PP-RS) criticou o ex-presidente Lula, que disse que vai acionar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra para reagir às manifestações contra o governo, marcadas para 15 de março. O momento, disse a senadora, exige cautela de todos, sintonia do governo com o que a sociedade deseja e diálogo com o Congresso, que vai votar as propostas de ajuste fiscal.

— Que o dia 15 seja um dia de manifestação em favor do Brasil, e não uma manifestação de que tenhamos que nos arrepender. Temos que ter cuidado com o que vai ocorrer. A democracia exige de todos muita responsabilidade e compromisso.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Senado poderá indicar membros de tribunais

Proposta transfere a tarefa aos senadores em caso de demora da Presidência da República em escolher nomes para postos vagos no STF, STJ e tribunais regionais federais

A INDICAÇÃO DE membros do Supremo Tribunal Federal (STF), do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e dos tribunais regionais federais (TRFs) terá de obedecer a prazos rigidamente fixados na Constituição. Se o presidente da República deixar de enviar a tempo, para a exigida apreciação do Senado, um nome para ocupar posto vago, a própria Casa legislativa se encarregará da escolha. Depois, será obrigatória a nomeação, pelo chefe do Executivo, do nome escolhido e aprovado pelos senadores.

A iniciativa de transferir exclusivamente ao Senado a prerrogativa da escolha de magistrados para vagas em aberto, em caso de demora nas indicações, é sugerida pelo senador Blairo Maggi (PR-MT). A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 17/2015, com essa finalidade, começou a tramitar na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Para o autor, a demora excessiva na indicação dos nomes dos magistrados, especialmente no caso do STF, tem afetado o regular funcionamento do Poder Judiciário, com prejuízo para os cidadãos.

Críticas ao atraso cada vez maior nas indicações para as vagas abertas nos tribunais superiores ficaram intensas no mês passado, depois que



Integrantes do STF reclamam da demora na indicação de substituto para o ministro Joaquim Barbosa, aposentado em 2014

os ministros Celso de Mello e Marco Aurélio, do STF, reclamaram do empate no julgamento de uma ação direta de inconstitucionalidade.

A cadeira deixada pelo ministro Joaquim Barbosa, que se aposentou em julho de 2014, quando presidia a Corte, até hoje está vaga. Para Celso de Mello, “essa omissão irrazoável e abusiva da presidente da República já está interferindo no resultado dos julgamentos”.

Prazos

Em relação ao STF, a Constituição não define qualquer prazo, seja para a indicação pelo presidente da República ou, quando já houver designação, para que o Senado aprecie e aprove o nome. Diz apenas

que os ministros serão nomeados pelo presidente, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado.

Com a proposta apresentada, os ministros deverão ser escolhidos pelo presidente nos 90 dias subsequentes à vacância do cargo e o Senado terá de apreciar a indicação nos 30 dias seguintes. Se o prazo da Presidência terminar e não tiver sido feita a indicação, a escolha passará a ser prerrogativa apenas do Senado e deverá ocorrer nos 30 dias seguintes.

Quanto ao STJ e aos TRFs, com relação às vagas que devem ser ocupadas, alternadamente, por membros do Ministério Público (MP) e advogados, a PEC mantém

o prazo atual já previsto, de 20 dias, para que o Executivo indique um dos nomes desde o recebimento da lista tríplice formada pelo tribunal onde ocorreu a vacância, a partir de lista sêxtupla composta pelos órgãos de representação das respectivas classes.

No STJ, um terço das vagas é reservado aos membros da advocacia e do MP. Nos TRFs, as duas classes profissionais ocupam um quinto da composição, o chamado quinto constitucional.

Com a PEC, ultrapassado o prazo de 20 dias para que o Executivo faça a indicação a partir da lista tríplice, a prerrogativa da escolha também será transferida ao Senado.

A Casa não poderá, contudo,

escolher para a apreciação, que inclui sabatina, qualquer um dos nomes da lista tríplice, como é permitido ao chefe do Executivo.

Como prevê a PEC, os senadores ficam obrigados a examinar o nome que tiver recebido o maior número de indicações no próprio tribunal. Sempre a partir da lista sêxtupla dos candidatos eleitos por membros do MP (que devem ter pelo menos dez anos de carreira) e pela Ordem dos Advogados do Brasil (profissionais também com dez anos de atividade, de reputação ilibada e notório saber jurídico).

Se a PEC for adotada, os prazos e critérios definidos também valerão para as indicações, pelo Executivo, das vagas destinadas a advogados e membros do Ministério Público no Tribunal Superior do Trabalho (TST) e tribunais regionais do Trabalho (TRTs). Com a Emenda Constitucional 45, de 2004, que promoveu a a reforma do Judiciário, esses tribunais também passaram a se valer da regra do quinto constitucional.

Para que seja promulgada, a PEC de Blairo Maggi terá de obter a aprovação no Senado e depois na Câmara dos Deputados, com discussão e votação em dois turnos nas duas Casas.

No primeiro discurso, Anastasia nega envolvimento e se diz caluniado

Antonio Anastasia (PSDB-MG) usou a tribuna do Plenário ontem para dizer que está sendo caluniado de forma “vil e abjeta”. O nome do senador faz parte



da lista de políticos que serão investigados por suposta participação em irregularidades na Petrobras. Anastasia disse que não imaginava fazer o primeiro pronunciamento do mandato como senador para se defender de “sórdida mentira”. Ele classificou o discurso como o mais importante de sua carreira política.

— Defendo agora o que de mais precioso tenho em 30 anos de vida pública: minha honra e minha história — disse, agradecendo a solidariedade que tem recebido de eleitores e colegas senadores.

Anastasia afirmou que jamais teve questionada sua ética e que não formou patrimônio além do que é compatível com sua renda. Ele ainda lamentou o fato de estar sendo atingido por “uma infâmia de grandes proporções, de forma

cruel e covarde”.

— Vale mesmo a pena a vida pública? Apesar da injustiça que estou sofrendo, posso afirmar: a vida pública vale a pena e os desafios têm de ser

enfrentados — afirmou.

Anastasia disse que seu acusador “mente ou se engana” ao relatar fatos falaciosos e contraditórios. Conforme o Ministério Público, um ex-policial federal afirmou que, a mando do doleiro Alberto Youssef, entregou R\$ 1 milhão ao tucano em 2010, quando Anastasia disputava a reeleição ao governo estadual. Anastasia só viria a ser reconhecido pelo emissário depois, por matérias na imprensa. O senador registrou que, na acusação, “não há identificação da casa, nem de seu proprietário, nem a data do suposto encontro” e garantiu que nunca esteve com as pessoas citadas.

— Tenho a mais forte das defesas: a consciência tranquila.

Após o discurso, muitos senadores manifestaram apoio a Anastasia.

Denúncias não passam de devaneio do acusador, afirma Gladson Cameli

O senador Gladson Cameli (PP-AC) ocupou a tribuna do Plenário ontem para negar qualquer tipo de envolvimento com as irregularidades investigadas pela



Operação Lava-Jato. Ele se disse indignado por ter o nome incluído entre os políticos que serão investigados.

— Estou tranquilo, pois não deixarei de provar que as acusações supostamente incriminadoras não passam de devaneio do acusador, uma vez que não se encontram indícios e muito menos elementos para abertura da peça administrativa.

Gladson negou com veemência ter recebido dinheiro do Partido Progressista sem que os recursos tenham sido declarados e aprovados pelo Tribunal Regional Eleitoral do Acre por unanimidade e sem ressalvas. Ele contou que mais de 90% dos gastos das campanhas políticas de que participou foram bancados pelo grupo empresarial da família.

— Estou sendo acusado sem processo, e pior, sentenciado sem defesa. Mas minha convicção na Justiça não será abalada — declarou.

Gladson disse que os sigilos bancário, fiscal e telefônico dele estão à disposição da Justiça e do Ministério Público.

Diversos senadores se solidarizaram com o parlamentar. Segundo Omar Aziz (PSD-AM), se o senador do PP acriano recebeu recursos do diretório nacional do partido e esse valor está sob suspeita da Procuradoria da República, todos os demais parlamentares também estão sob suspeita.

— Se é depositado um dinheiro na conta do PP, que é aprovado pelo Tribunal Eleitoral, o que é honesto e o que é desonesto? — questionou.

A senadora Ana Amélia (PP-RS) disse acreditar na manifestação de Gladson.

— Até adversários políticos seus me deram a ideia do equívoco que foi a inclusão de seu nome na lista — afirmou.

Bancada manifesta apoio a petistas citados na Lava-Jato

A bancada do PT no Senado divulgou ontem uma nota de solidariedade aos senadores do partido Lindbergh Farias (RJ), Humberto Costa (PE) e Gleisi Hoffmann (PR), incluídos nos pedidos de abertura de inquérito encaminhados pelo Ministério Público ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Na nota, a bancada lamenta o prejulgamento e a condenação de pessoas públicas honradas e pede responsabilidade e equidade dos meios de comunicação na divulgação dos processos no STF.

“A bancada do PT também manifesta que respeita as decisões no âmbito da Justiça anunciadas e reforça a convicção de que todos têm o direito de ser ouvidos”, diz a nota.

A nota é assinada, além dos três senadores, por Ângela Portela (RR), Delcídio do Amaral (MS), Donizeti Nogueira (TO), Fátima Bezerra (RN), Jorge Viana (AC), José Pimentel (CE), Marta Suplicy (SP), Paulo Paim (RS), Paulo Rocha (PA), Regina Sousa (PI) e Walter Pinheiro (BA).

Correção na tabela da base de cálculo será maior para as faixas menores, beneficiando os brasileiros mais pobres. Nova medida provisória deve ser editada imediatamente

Congresso e governo fecham acordo para o IR

UM CONSENSO PARA a nova tabela do Imposto de Renda foi obtido ontem, depois de três reuniões entre líderes partidários, o presidente do Senado, Renan Calheiros, e o ministro da Fazenda, Joaquim Levy. A correção escalonada é um meio-termo entre as propostas iniciais do governo e a contraproposta apresentada pelo Congresso.

O maior reajuste, de 6,5%, será para a primeira (isenta de imposto) e a segunda faixa de renda da população, em que estão as pessoas com rendimentos mais baixos. A terceira faixa terá reajuste de 5,5%, a quarta de 5% e a quinta de 4,5%.

O novo reajuste da tabela deve ser encaminhado ao Congresso por meio de uma medida provisória a ser editada imediatamente.

— Foi uma vitória do Congresso Nacional. Cerca de 63% dos contribuintes terão direito ao reajuste de 6,5%. Está fechado o acordo, amanhã faremos a manutenção do veto, vamos desobstruir a pauta e, se possível, vamos votar também o Orçamento — disse o líder do PMDB no Senado, senador Eunício Oliveira (CE).

Oposição discorda

Apesar do anúncio de um acordo, o líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), disse que a fórmula fechada ontem não teve o apoio da oposição.

— A oposição não aceita o aumento de impostos. As pessoas vão pagar mais impostos. O compromisso do PSDB é com o reajuste da tabela pela inflação e a inflação hoje é maior que 6,5%, já chegando a quase 8%. O que houve foi um arremedo de proposta, que representa aumento de carga tributária. O governo quer apenas aumentar a carga tributária — disse o senador.

A oposição, segundo Cássio, será favorável à derrubada do veto da presidente ao reajuste de 6,5% para todas as faixas (VET 4/2015), aprovado pelo Congresso no ano passado.

Impacto

De acordo com o ministro Joaquim Levy, o impacto do reajuste da tabela do IR nas contas do governo será de mais de R\$ 6 bilhões e cerca de 25 milhões de brasileiros serão beneficiados.

— Houve uma construção, junto com o Congresso, dentro da capacidade fiscal do país, em um momento de ajuste fiscal. Concluímos com um valor que é suportável. O impacto excede



Renan Calheiros (E) negocia com o ministro da Fazenda, Joaquim Levy (2º à esq.), durante a terceira reunião no Senado, com líderes de partidos

R\$ 6 bilhões. Todos os 25 milhões de contribuintes serão beneficiados pela nova tabela. Vamos ter de encontrar recursos ao longo do ano, sem deixar de cumprir a meta fiscal, para conseguirmos dar esse reajuste — disse o ministro.

Na prática, quanto maior o reajuste na tabela, maior é a renúncia fiscal do governo, ou seja, menos dinheiro entrando em caixa.

Proteção aos mais pobres

Renan afirmou que a principal preocupação sempre foi encontrar uma alternativa que não prejudicasse os mais pobres.

— A grande discussão é quem vai pagar a conta da tabela do Imposto de Renda. Nós temos que fundamentalmente preservar os mais pobres, os menores salários — explicou o senador.

Segundo Renan, o Parlamento saiu fortalecido depois da negociação com o Executivo.

— Considero um avanço institucional o governo editar uma medida provisória produto da negociação com o Congresso e resolvendo definitivamente essa questão do Imposto de Renda — afirmou.

O Veto 4/2015, que trata do reajuste de 6,5% da tabela progressiva mensal de retenção do Imposto de Renda Pessoa Física, continua na pauta de hoje do Congresso. A possibilidade de derrubada do veto levou o Executivo a negociar uma saída alternativa.

Reajuste escalonado

FAIXA	ALÍQUOTA DO IMPOSTO	VALORES ATUAIS PARA BASE DE CÁLCULO MENSAL	REAJUSTE ACORDADO	NOVOS VALORES PARA BASE DE CÁLCULO MENSAL
1	0%	até R\$ 1.787,77	+6,5%	até R\$ 1.903,98
2	7,5%	de R\$ 1.787,78 até R\$ 2.679,29	+6,5%	de R\$ 1.903,99 até R\$ 2.826,65
3	15%	de R\$ 2.679,30 até R\$ 3.572,43	+5,5%	de R\$ 2.826,66 até R\$ 3.751,05
4	22,5%	de R\$ 3.572,44 até R\$ 4.463,81	+5%	de R\$ 3.751,06 até R\$ 4.664,68
5	27,5%	acima de R\$ 4.463,81	+4,5%	acima de R\$ 4.664,68

Proposta que será votada é benéfica para a maioria dos contribuintes

A proposta final para o reajuste da tabela do Imposto de Renda, definida ontem, é mais benéfica para as duas menores faixas de renda. Elas reúnem mais de 17 milhões de contribuintes (65,8% das pessoas sujeitas à declaração).

De acordo com a proposta acordada, as duas primeiras faixas de renda serão reajustadas em 6,5%, índice aprovado originalmente pelo Congresso para todos os contribuintes, mas vetado pelo Executivo. A partir daí, as demais faixas terão reajustes menores: 5,5% para a terceira faixa, 5% para a quarta faixa e 4,5% para a quinta, que abarca os contribuintes de maior renda.

A porcentagem de reajuste é aplicada sobre o teto da faixa de renda. Isso faz com que um número maior de pessoas possa ser incluído em cada faixa. Assim, trabalhadores que tenham recebido aumentos de salário têm mais chances de permanecerem na mesma faixa de

renda, continuando a pagar a mesma alíquota de Imposto de Renda.

Segundo os números apresentados, a primeira faixa de renda, a da isenção, passará a ter 176 mil pessoas a mais do que no formato atual. No total, 11,5 milhões de pessoas passarão a estar isentas do Imposto de Renda. A renda mensal para isenção será de até R\$ 1.903,98.

Já a segunda faixa estende seu alcance até os rendimentos de R\$ 2.826,65. Ela passa a cobrir 88,5 mil contribuintes adicionais, chegando a um total de 5,8 milhões de contribuintes.

A terceira faixa de renda, na proposta combinada, vai até R\$ 3.751,05 e alcança 45 mil pessoas a mais. A quarta faixa, válida para rendimentos mensais de até R\$ 4.664,68, inclui 25 mil contribuintes adicionais. Por fim, a quinta faixa, para rendimentos superiores a esse último valor, soma 68 mil pessoas a seu contingente atual.

Michel Temer destaca papel do Legislativo

O vice-presidente da República, Michel Temer, que também se reuniu com Renan ontem, afirmou que o Congresso e o governo federal devem caminhar juntos na condução das medidas de ajuste econômico. Além da tabela do Imposto de Renda, os dois trataram também da relação entre os Poderes Executivo e Legislativo.

— Não é só o Executivo que governa, o Executivo governa junto com o Congresso. É fundamental a presença do Con-

gresso em todas as medidas que o governo está tomando para obter uma economia saudável — garantiu.

Antes do fechamento do acordo, ele reforçou a ideia de que qualquer decisão deveria envolver as lideranças parlamentares.

— Tudo vai depender dos líderes do Senado e da Câmara. Vai ser de comum acordo com o Congresso — assegurou.

As visitas de Temer e do ministro Joaquim Levy ao Congresso ocorreram uma

semana depois de Renan Calheiros devolver ao Planalto a medida provisória que reduzia a desoneração da folha de pagamento de vários setores da economia. O episódio gerou especulações sobre a relação entre o Executivo e o Legislativo. No entanto, Temer disse não crer em um divórcio entre o governo e o Parlamento.

— Estou fazendo esse inter-relacionamento com muita tranquilidade e só vejo aplausos para a relação entre o Executivo e o Congresso.



Para o vice-presidente da República, "o Executivo governa com o Congresso"

Orçamento de 2015 pode ser votado hoje

Relator, Jucá incluiu na proposta emendas dos parlamentares eleitos em outubro, que somam R\$ 2,67 bilhões. Sem aprovação, governo tem acesso limitado aos recursos

O ORÇAMENTO DE 2015 pode ser votado hoje na sessão conjunta do Congresso marcada para as 11h. É o que espera o relator da proposta (PLN 13/2014), senador Romero Jucá (PMDB-RR).

Ele concluiu, na semana passada, a revisão do texto aprovado em dezembro do ano passado na Comissão Mista de Orçamento (CMO) para incluir emendas dos novos parlamentares, eleitos em outubro. As mudanças resultaram num acréscimo de R\$ 2,67 bilhões, que devem vir de cancelamentos e remane-

jamentos nas programações da proposta.

Em entrevista ontem, Jucá salientou que a aprovação do Orçamento é uma sinalização positiva para o setor econômico. Enquanto o Orçamento anual não é aprovado, o Executivo conta apenas com a liberação mensal de 1/12 do valor previsto para o custeio da máquina pública, ficando impedido de investir.

— O Orçamento está pronto para ser votado. É importante que seja aprovado para que a gente comece os investimentos e retome o ritmo do

governo — disse o senador.

Antes, porém, de analisar o Orçamento, senadores e deputados precisam apreciar nove vetos presidenciais que trancam a pauta. O mais polêmico (Veto 4/2015) trata do reajuste na tabela do Imposto de Renda Pessoa Física. A análise dos vetos será feita ainda por cédulas de papel. O projeto de resolução (PRN 1/2015) que permite a apuração eletrônica, antes prevista na pauta, será adiada para não atrasar a votação dos vetos, especialmente ao reajuste nas tabelas do Imposto de Renda.



Para Jucá, relator do texto, aprovação será sinal positivo para a economia

Jorge Viana agradece apoio às vítimas de enchente

Jorge Viana (PT-AC) agradeceu o apoio do governo federal ao estado do Acre, que, em suas palavras, ainda vive em situação de “absoluta gravidade” em consequência das enchentes. Ele espera que a presidente Dilma Rousseff, em visita ao estado agendada para hoje, possa conhecer de perto o drama da população.

O senador chamou a atenção para o esforço do governo estadual em socorrer os municípios atingidos pelas cheias e mencionou a importância das verbas federais já liberadas para as despesas de socorro e assistência em várias cidades.

Viana disse que esses recursos podem ser considerados baixos, mas constituem uma primeira fase de ajuda ao estado, que deverá ser complementada pela abertura de linhas de crédito com juros subsidiados.

— A reconstrução de nossas cidades, da vida das famílias vai consumir muitos milhões de reais e vai ter que ter políticas públicas específicas, com linhas de crédito, como estamos esperando que saiam — afirmou o senador.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Paim acredita em acordo entre ministros e caminhoneiros

Paulo Paim (PT-RS) avaliou como positiva a reunião ocorrida ontem entre os líderes dos caminhoneiros e os ministros Miguel Rossetto, da Secretaria-Geral da Presidência da República; Antonio Carlos Rodrigues, dos Transportes; e Manoel Dias, do Trabalho. O senador acredita que, após o encontro, haverá entendimento que ponha fim ao impasse envolvendo a categoria.

Segundo Paim, transportadores de carga, empresários e representantes do governo concordaram em criar grupos de discussão sobre a Lei dos Caminhoneiros, o preço do frete e os reajustes de combustíveis e pedágio. Esses colegiados terão 15 dias para discutir os três pontos e elaborar um relatório que será apresentado no dia 26, em uma nova reunião.

O parlamentar, que pediu serenidade e equilíbrio na busca do bem comum, saudou a disposição dos caminhoneiros em formular um acordo, salientando que a categoria não deseja parar novamente.

— Logo após o término da reunião, saíram esperançosos de que é possível construir um grande entendimento e o Brasil voltar à normalidade — disse o senador.

Amorim lamenta morte de pioneiro da pediatria em Sergipe

O senador Eduardo Amorim (PSC-SE) lamentou a morte, ocorrida ontem, do médico Hyder Gurgel, pioneiro da pediatria em Sergipe.

Hyder Gurgel era cearense e foi viver em Sergipe a convite do irmão, o também médico Hugo Gurgel, a quem ajudou, segundo o senador, a construir a saúde pública do estado, atendendo principalmente a população mais pobre.

— Fui aluno, com muito orgulho, do doutor Hyder — disse Amorim.

O senador citou dois feitos do médico para as crianças de seu estado: a criação de um centro de reidratação, que ajudou a reduzir o número de mortes infantis por distúrbios gastrointestinais comuns à época, e a primeira clínica de Sergipe, a Clínica São Domingos Sávio.

Amorim afirmou: — A você, meu amigo, que tive a honra de visitar no último final de semana, mais precisamente no último domingo à tarde, tenho certeza de que Deus o recebeu de braços abertos. Eu o vi sedado, vi seus últimos momentos.



Marcos Moura/Agência Senado

Aloysio pede que Polícia Federal apure agressão a cientistas

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) pediu ao Ministério da Justiça que acione a Polícia Federal para investigar a invasão de uma reunião da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), em Brasília, na semana passada, por integrantes da Via Campesina e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Ele enviou ao ministro José Eduardo Cardozo um expediente com documentos probatórios sobre os responsáveis pela invasão, que resultou na agressão de pesquisadores que analisavam processos, como o da nova modalidade de eucalipto transgênico.

— Essas pessoas passaram a agredir os membros da CTNBio, injuriá-los, ofendê-los, ameaçá-los. Depredaram o auditório onde se realizava a reunião e reivindicaram para si, como fanfarrões, o direito de se opor pela violência a qualquer forma de deliberação sobre organismos geneticamente modificados, finalidade para qual esse órgão foi criado por lei do Congresso Nacional. Uma agressão de cunho fascista a cientistas e pessoas que ali estavam a convite do governo — disse o senador.

Segundo Flexa, Pará é prejudicado pelo governo federal

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) criticou a presidente Dilma Rousseff por ter afirmado que os problemas econômicos enfrentados pelo país são temporários.

Ele reclamou que seu estado, o Pará, está sendo triplamente sacrificado pela crise. Primeiro, porque o estado produz muita energia sem receber ICMS por isso.

— Na atual conjuntura, o imposto, que é cobrado apenas no seu destino, sacrifica e penaliza o povo paraense, que fica sem esse recurso para ser investido em obras de educação, saúde, segurança e infraestrutura.

Em segundo lugar, Flexa relatou que o Pará sofre com o atraso no repasse das compensações das perdas sofridas pelos estados exportadores com a lei que desonera produtos manufaturados destinados à exportação, a Lei Kandir. Segundo ele, a segunda parcela da compensação do ano passado só foi repassada aos estados no início de 2015.

Em terceiro lugar, Flexa reclamou que o Pará é prejudicado pelo baixo valor da compensação recebida da exploração de minérios.



Jefferson Rudy/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretor de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Rodrigo Chia
Coordenação de Edição: Sílvio Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Requerimento com esse objetivo será encaminhado ao Tribunal de Contas da União. Para o senador Otto Alencar, Anatel não consegue fiscalizar o setor e falhas no serviço são constantes

TCU poderá auditar as operadoras de celular

A COMISSÃO DE Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) vai requerer ao Tribunal de Contas da União (TCU) a realização de auditoria para verificar a qualidade dos serviços de telefonia móvel no país. Requerimento nesse sentido, do senador Otto Alencar (PSDB-BA), foi aprovado ontem.

O parlamentar, que preside a CMA, solicita que sejam auditadas as empresas Vivo, Tim, Oi e Claro, “tomando por amostra o serviço prestado no estado da Bahia”.

— No meu estado e, acredito, no Brasil, há permanentes falhas das telefônicas, que não dão absolutamente nenhuma satisfação aos usuários — disse.

Para ele, a fiscalização feita pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) sobre o setor não alcança todo o país e os governos estaduais não têm como assumir essa responsabilidade.

— Então, estou encaminhando requerimento para que o Tribunal de Contas da União possa fazer uma audi-

toria nas telefônicas, em todas elas, que prestam serviços no Brasil, já que se trata de concessão — explicou.

A CMA também aprovou requerimento do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) para reativação da subcomissão temporária que acompanha a execução das obras da Hidrelétrica de Belo Monte. Instalada em 2010, a subcomissão foi encerrada no final de 2014. Para Flexa, os problemas de abastecimento de energia enfrentados pelo país justificam a retomada do trabalho.



Pedido foi aprovado pela Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor

Proposta trata de desconto na telefonia

As empresas de telefonia, internet e TV por assinatura podem ter que avisar com antecedência de 30 dias aos consumidores sobre o fim de descontos. A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) aprovou ontem o substitutivo ao PLS 18/2012, de Ciro Nogueira (PP-PI), que impõe essa regra à oferta de descontos nos preços dos serviços de telecomunicações.

A proposta recebeu voto favorável do relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). Para ele, o consumidor passará a contar com mais um mecanismo de transparência na relação com a operadora.

A proposta original previa alterações que foram suprimidas durante a tramitação por outras comissões do Senado, como a obrigação de o desconto durar pelo menos um ano, eliminada por promover a limitação à atividade econômica; e a delegação à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) de especificar os meios adequados para a notificação do consumidor sobre o fim do desconto, por vício de iniciativa.

Como foi aprovado o substitutivo, a proposta será votada em turno suplementar pela CCT e depois irá para a Câmara.



Cristovam Buarque preside a sessão da Comissão de Ciência e Tecnologia

Prioridades de três ministérios para o biênio 2015-2016 serão discutidas

Agendas e prioridades dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Defesa e das Comunicações para o biênio 2015-2016 serão apresentadas na CCT, que aprovou ontem dois requerimentos do presidente, Cristovam Buarque, para a realização de audiências.

Aloysio Nunes (PSDB-SP) sugeriu que a audiência com o ministro da Defesa seja em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), que preside.

A CCT aprovou ainda outro requerimento de Cristovam para que o Programa Ciência sem Fronteiras seja a política pública federal a ser avaliada pelo colegiado em 2015. O

programa do governo federal prevê a utilização de até 101 mil bolsas, em quatro anos, para intercâmbio de alunos de graduação e pós-graduação no exterior. Busca ainda atrair pesquisadores do exterior que queiram se fixar no Brasil ou estabelecer parcerias com os pesquisadores brasileiros.

Também foi aprovado requerimento extrapauta de Telmário Mota (PDT-RR) para audiência sobre a situação do Centro de Biotecnologia da Amazônia. A ideia foi de Omar Aziz (PSD-AM), que cobra regulamentação para que o centro receba verbas. Como Omar não é membro da comissão, Telmário apresentou o requerimento.

Comissão ouvirá os ministros da Educação, do Esporte e da Cultura

Três ministros (da Educação, Cid Gomes; do Esporte, George Hilton; e da Cultura, Juca Ferreira) deverão comparecer ao Senado para prestar informações sobre as diretrizes de suas pastas para o biênio 2015-2016. Os convites aos ministros foram aprovados ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Cid Gomes deve explicar também os cortes orçamentários na educação, em especial no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). George Hilton deve relatar os preparativos para as Olimpíadas de 2016.

A presença dos ministros foi pedida pelo presidente da

CE, Romário (PSB-RJ). O senador também encaminhou requerimento de audiência sobre a relação do autista com educação, cultura e esporte. Outra iniciativa será o debate Educação, Cultura e Esporte — caminhos para a inclusão, em 19 de março. O evento é relacionado ao Dia Internacional da Síndrome de Down, 21 de março.

Fátima Bezerra (PT-RN) conseguiu aprovar requerimento de debate sobre as políticas direcionadas ao artesanato. Foram aprovados mais dois requerimentos: um de Fátima sugerindo ciclo de debates sobre financiamento da educação e outro de Telmário Mota (PDT-RR), sobre atrasos no pagamento da bolsa universitária indígena.



Senadores Maria do Carmo, Romário e Roberto Rocha em reunião da CE

Audiência pública vai debater Marco Legal da Biodiversidade

As Comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovaram ontem requerimentos para audiência pública conjunta sobre o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 2/2015, que institui o Marco Legal da Biodiversidade. O texto será relatado por Jorge Viana (PT-AC) na CMA e por Telmário Mota (PDT-RR) na CCT.

O projeto também tramita nas Comissões de Constituição e Justiça (CCJ), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Agricultura e Reforma Agrária

(CRA), que deverão participar da audiência. A proposta terá votação final em Plenário.

Viana alerta para a importância da questão e o curto prazo regimental para exame do texto, que tramita em regime de urgência e passará a trancar a pauta do Plenário se não for votado até 10 de abril:

— O prazo é curto, mas precisamos dar atenção e valorização ao debate. Já estamos procurando organizar audiências conjuntas, pois é uma matéria estratégica para o país. A proposta busca facilitar

a pesquisa com plantas e animais nativos e a repartição de benefícios gerados pelo uso comercial do patrimônio genético e do conhecimento sobre ele desenvolvido por índios e comunidades tradicionais. O texto, apresentado pelo Executivo, foi modificado na Câmara.

Frente ao grande número de convidados que devem ser chamados a debater o tema, Viana sugeriu que seja realizada mais de uma audiência, em datas a serem decididas pelas comissões envolvidas.

Colóquio internacional ampliará o entendimento sobre o tema

A CMA promoverá em 19 de março, às 9h, o colóquio internacional Biodiversidade: crise ou perspectivas, conforme requerimento apresentado pelo presidente da comissão, senador Otto Alencar (PSDB-BA), aprovado ontem.

Otto ressalta preocupação de cientistas com o aumento do número de espécies ame-

açadas de extinção, situação que, para ele, se configura em uma crise de biodiversidade sem precedentes.

O debate contribuirá para ampliar o entendimento sobre o novo Marco Legal da Biodiversidade.

Serão convidados para o colóquio autoridades e especialistas brasileiros e estrangeiros.

Senador disse que uma das prioridades será as relações entre Brasil e EUA, que, segundo ele, ainda estão “conturbadas” por causa do episódio da espionagem

Aloysio presidirá Comissão de Relações Exteriores

ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB-SP) foi eleito presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para os próximos dois anos e afirmou que terá entre as prioridades as relações bilaterais Brasil-EUA. Para ele, é preciso superar os contenciosos com os americanos.

— Vivemos uma relação ainda conturbada. Espero que se confirme a visita de Estado da presidente Dilma Rousseff aos Estados Unidos, para tratar de coisas que ainda estão atrapalhando, especialmente o episódio da espionagem.

O senador contou que, assim que foi confirmada a indicação, recebeu um e-mail do ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, colocando-se à disposição para debater com a CRE. Aloysio elogiou o ministro e disse que a comissão deve realizar em breve uma audiência pública com Vieira.

Raimundo Lira (PMDB-PB) concordou que investir no mercado americano deve ser a prioridade da política externa. Lembrou que os EUA estão se recuperando economicamente e que o mercado interno americano cumpriu papel crucial no desenvolvimento industrial de Japão, Alemanha e China.



Aloysio, presidente da comissão, fala ao lado de Luiz Henrique, vice-presidente

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) também vê com bons olhos a viagem de Dilma aos EUA. Com esse enfoque, sugeriu uma reunião da CRE com o ministro do Desenvolvimento, Armando Monteiro.

— Com a recuperação norte-americana, o fluxo de comércio pode crescer em mais de R\$ 30 bilhões.

Aloysio também mostrou preocupação com as mudanças na política econômica da China e a presença do país asiático na América do Sul, o que, a seu ver, impacta diretamente o Brasil.

O incremento do comércio do Brasil com a China já não é algo tão certo, segundo Aloysio. O senador também lembra que empresas chinesas investem cada vez mais no mercado sul-americano, como o argentino, fazendo forte concorrência às empresas brasileiras.

Aloysio avalia que o Mercosul passa por dificuldades:

— Há uma violação constante de regras estabelecidas para reger nosso intercâmbio com a Argentina. Parece que a exceção está se tornando uma regra.

Para Luiz Henrique, tratado internacional merece prioridade

O vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores, Luiz Henrique (PMDB-SC), afirmou que os tratados assinados pelo Brasil com países, blocos e organismos internacionais devem ser analisados sempre em caráter de “urgência urgentíssima” pelo Congresso Nacional.

Um projeto que estabelece esse rito já foi aprovado pelo Senado e necessita agora da aprovação na Câmara dos Deputados. Por isso, o senador disse ser preciso convencer os deputados a aprovar a matéria.

Luiz Henrique afirmou ainda que o governo federal precisa implementar o mais brevemente possível o novo quadro funcional do Itamaraty, já aprovado pelo Congresso.

Roberto Requião (PMDB-PR) propôs a adoção de mecanismos de *fast track* (apreciação prioritária) por parte do Congresso na análise de acordos internacionais.

O senador também defendeu o Mercosul, lembrando que o bloco é o maior destino de nossas exportações industriais. Segundo ele, muitas vezes “o Mercosul é analisado sob um ponto de vista ideológico negativo, neoliberal”.

Ana Amélia (PP-RS) disse que as políticas de defesa nacional não têm tido prioridade por parte do governo.

— Não precisamos ter uma guerra para mostrar que a área da defesa é motor para o desenvolvimento econômico e tecnológico do país. E ela não está tendo a prioridade necessária no Orçamento nem nos planos plurianuais.

Cristovam Buarque (PDT-DF) pediu a aprovação de um requerimento de sua autoria, com Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que pede informações a órgãos do governo norte-americano sobre a crise da Petrobras.

A CRE volta a se reunir amanhã.

Delcídio pretende retomar discussão do pacto federativo

Eleito ontem para presidir a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) no biênio 2015-2016, Delcídio do Amaral (PT-MS) anunciou como uma das prioridades do colegiado a discussão de “um grande pacto federativo”, que resolva a guerra fiscal. Para a vice-presidência foi escolhido Raimundo Lira (PMDB-PB), o primeiro presidente da comissão, em 1989.

Delcídio disse que a CAE é o foro de debate adequado para reformas importantes para o país, como a tributária e a fiscal. De imediato, o novo presidente informou que está mantendo contatos com o Banco Central a fim de agendar audiência pública com o presidente da instituição, Alexandre Tombini, para uma avaliação da política monetária. Na próxima reunião, poderão ser votados convites para audiências com os ministros da Fazenda, Joaquim Levy, e do Planejamento, Nelson Barbosa.

José Agripino (DEM-RN) disse que o Senado está próximo de uma solução para a guerra fiscal. Lembrou que a CAE votou, no fim do ano passado, projeto que permite aos estados e ao Distrito Federal a legalização de incentivos



Delcídio e Raimundo Lira foram eleitos ontem para presidente e vice da CAE

fiscais questionados em ações judiciais (PLS 130/2014).

A votação da proposta em Plenário acabou sendo adiada no fim de 2014 a pedido do Ministério da Fazenda, que anunciou a intenção de rediscuti-la no bojo de uma ampla reforma do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

A reforma incluiria unificação de alíquotas e criação dos fundos de compensação por perdas de receitas e de desenvolvimento regional. Agripino sugeriu a Delcídio negociar uma solução que permita ao Senado concluir o exame da questão.

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) lembrou que o projeto precisa ser aprovado antes que o Supremo Tribunal Federal

(STF) coloque em votação a Proposta de Súmula Vinculante 69, que poderá consolidar o entendimento da Corte quanto aos incentivos fiscais concedidos sem autorização unânime do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Hélio José (PSD-DF), Telmário Mota (PDT-RR), Omar Aziz (PSD-AM) e José Agripino também defenderam uma discussão sobre investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Walter Pinheiro (PT-BA), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Roberto Requião (PMDB-PR), Reguffe (PDT-DF) e Delcídio enfatizaram a responsabilidade da comissão no debate da crise econômica do país.

Congresso ganha colegiado dedicado a combater violência contra mulher

Foi instalada ontem no Congresso Nacional a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher. Formada por 10 senadores e 27 deputados, a comissão foi proposta pela CPI Mista da Violência contra a Mulher, que investigou as agressões relacionadas ao gênero feminino. A senadora Simone Tebet (PMDB-MS) e a deputada Keiko Ota (PSB-SP) foram escolhidas, respectivamente, presidente e vice-presidente da comissão.

Entre as atribuições da comissão, está a de apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. A comi-

são também deverá buscar as possíveis falhas nas ações públicas de proteção das mulheres vítimas de violência e de apresentar projetos com o objetivo de corrigir as lacunas.

— Nós temos que quebrar esse tabu de que falar em defesa das mulheres e que a luta pela igualdade e o fim da discriminação são uma questão menor — disse Simone.

Também participaram da cerimônia de abertura dos trabalhos da comissão o presidente do Congresso Nacional, senador Renan Calheiros, o ministro da Saúde, Arthur Chioro, e a procuradora da Mulher no Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).



A senadora Simone Tebet, escolhida presidente da nova comissão mista